

Célio Borja instala grupo do PFL

O funcionamento simultâneo do Congresso Nacional com a Constituinte, proposto em emenda do governo, visa a manter o País com o Legislativo em funcionamento permanentemente. Se assim não fosse, o Executivo ficaria com poderes legislativos e se estabeleceria uma verdadeira «ditadura» temporária, como em 1966, quando o presidente Dutra permaneceu com esses poderes durante nove meses.

A explicação é do assessor do Palácio do Planalto, ex-deputado Célio Borja, presente ontem à instalação do grupo de trabalho do PFL, que vai fixar as diretrizes do partido com vistas à Assembleia Nacional Constituinte. O grupo de trabalho foi instalado ontem, como parte do Instituto de Pesquisas Tancredo Neves, presidido pelo deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE). O ministro da Educação, Marco Maciel, disse na ocasião que se deve buscar uma Constituição duradoura, e não um «código que envelheça logo».

O grupo de trabalho instalado

ontem se propõe a oferecer subsídios para elaboração da nova Constituição. Será uma forma, segundo definiu o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC), de os eleitores terem acesso previamente às idéias que os constituintes eleitos pelo PFL, irão defender durante a Assembleia. O deputado Lúcio Alcântara, que preside o Instituto de Pesquisas Tancredo Neves, justificou a criação do grupo de trabalho ao lembrar que os partidos políticos, «como formações aglutinadoras da vontade política da Nação», têm a missão de «conduzir a tarefa de reconstrução dos fundamentos legitimadores da ordem jurídica constitucional, com a fixação dos canais de expressão e articulação do pensamento da sociedade brasileira — e dar-lhes forma explícita; em cuja fidelidade se haverá de identificar os desejos e a decisão da maioria dos brasileiros».

Na mesma linha, o ministro Marco Maciel enfatizou que não cabe aos partidos políticos apenas eleger seus candidatos, mas também contribuir,

com idéias e propostas, para dar «nitidez» à vida política de uma nação. Ele lembrou as palavras do falecido presidente Tancredo Neves, segundo o qual a Constituinte seria o «pacto social por excelência», e acrescentou não acreditar que nos próximos anos o País conviverá com acontecimento mais importante. O ministro da Educação enfatizou ainda que uma boa Constituição é aquela que consegue ter uma vigência longa. O ex-deputado Célio Borja admitiu ontem que o que está «assustando» certos setores, que procuram exercer pressão desde já, é a consciência de que uma Constituinte «pode tudo». Ele considerou, no entanto, sem sentido o debate sobre influência do poder econômico. Ele observa que ao poder econômico se contrapõe o poder sindical, assim como à pressão de um determinado segmento da sociedade sempre se contrapõe o poder de um setor que pense diferente. O importante, segundo ele, é que todos «defendam sua contribuição» para a elaboração das leis.